

Alberto Gentil
Ana Paula P. L. Almada
Andrea Gigliotti
Bianca M. C. Rizato
Daniela Mróz

Izolda Andrea Ribeiro
Jussara Modaneze
Karine Boselli
Mario Camargo Neto

REGISTROS PÚBLICOS

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2020 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 13.09.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G295r
Gentil, Alberto

Registros Públicos / Alberto Gentil. – [2. Reimpr.] – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8768-8

1. Registros públicos – Brasil. I. Título.

19-59318

CDU: 347(81)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DE REGISTROS PÚBLICOS.....	1
ALBERTO GENTIL	
1. A atividade dos registradores e notários (art. 236, <i>caput</i> , da CF).....	1
2. Ingresso por concurso público (art. 236, § 3º, da CF).....	3
2.1 Composição para as bancas de concursos do extrajudicial.....	4
2.2 Concurso de remoção (art. 17 da Lei 8.935/1994).....	5
2.3 Outorga, investidura e exercício da atividade extrajudicial.....	5
3. Quadro esquematizado – atribuições das especialidades.....	6
3.1 Tabelião de notas.....	14
3.2 Tabelião e oficial de registro de contratos marítimos.....	15
3.3 Tabelião de protesto de títulos.....	15
3.4 Oficial de registro civil das pessoas naturais.....	15
3.5 Oficial de registro civil de pessoas jurídicas.....	16
3.6 Oficial de registro de títulos e documentos.....	17
3.7 Oficial de registro de imóveis.....	18
4. Extinção da delegação da serventia extrajudicial.....	21
5. Processo administrativo disciplinar.....	22
5.1 Boas práticas no início e exercício da atividade – medidas de cautelas.....	22
5.2 Quem pode sofrer um processo administrativo disciplinar.....	23
5.3 Processo administrativo disciplinar esquematizado.....	25
5.4 Prescrição da falta administrativa – prazos prescricionais e o início da contagem do prazo.....	28
6. Responsabilidade do notário e registrador.....	29
6.1 Responsabilidade civil dos notários e registradores.....	29
6.2 Responsabilidade criminal dos notários e registradores.....	31
6.3 Responsabilidade administrativa dos notários e registradores.....	32
6.4 Responsabilidade trabalhista dos notários e registradores.....	37
6.5 Responsabilidade tributária dos notários e registradores.....	39
7. Dos direitos e deveres do notário e registrador (arts. 28 a 30 da Lei 8.935/1994).....	39
7.1 Dos direitos.....	39
7.2 Dos deveres.....	41
8. Incompatibilidades com a função de notário e registrador.....	42
9. Área de competência e atuação do registrador e notário (princípio da territorialidade).....	42

10. A conciliação e a mediação no serviço extrajudicial – breves ponderações sobre o Provimento 67/2018.....	44
10.1 Breves apontamentos sobre o Provimento 67/2018 do CNJ e sua aplicação.....	45
10.2 Conclusão	48
11. Procedimento da gratuidade da justiça (do CPC) e o serviço extrajudicial.....	48
12. Quadro esquematizado – Teoria geral dos registros públicos.....	52
CAPÍTULO 2 – REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS.....	57
BIANCA M. C. RIZATO	
1. Pessoas jurídicas	57
1.1 Conceito e natureza jurídica.....	59
1.2 Pessoas jurídicas de direito público externo.....	61
1.3 Pessoas jurídicas de direito público interno.....	61
1.4 Pessoas jurídicas de direito privado	62
1.4.1 Associações	63
1.4.2 Sociedades.....	67
1.4.3 Fundações	74
1.4.4 Organizações religiosas.....	77
1.4.5 Partidos políticos	79
1.4.6 Empresas individuais de responsabilidade limitada.....	81
1.4.7 Sindicatos	83
1.4.8 Cooperativas	86
2. Princípios norteadores da especialidade	87
3. Atribuições.....	91
4. Escrituração	92
5. Qualificação	92
5.1 Requisitos.....	92
5.2 Prazos para registro	95
6. Registro de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias.....	96
7. Autenticação de livros contábeis	97
8. Central Nacional de Indisponibilidade de Bens.....	98
9. Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados.....	99
10. Quadro esquemático – Registro civil de pessoas jurídicas	100
CAPÍTULO 3 – REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS.....	105
KARINE BOSELLI, IZOLDA ANDREA RIBEIRO E DANIELA MRÓZ	
1. O Registro Civil: histórico legislativo brasileiro e natureza de direito fundamental.....	105
1.1 Um breve olhar histórico.....	105

1.2	Registro Civil das Pessoas Naturais e sua natureza de Direito e Garantia Fundamental e de Direitos Humanos	111
2.	Efeitos do registro e sua publicidade.....	114
3.	Princípios do Registro Civil das Pessoas Naturais.....	117
3.1	Princípios: conceitos e classificação.....	117
3.2	Princípios finalísticos.....	119
3.2.1	Princípio da segurança jurídica	119
3.2.2	Princípio da publicidade	120
3.2.3	Princípio da autenticidade	122
3.2.4	Princípio da eficácia.....	123
3.2.5	Princípio da fé pública registral.....	123
3.2.6	Princípio da veracidade registral	123
3.3	Princípios instrutores da função do Registro Civil das Pessoas Naturais	124
3.3.1	Princípio da legalidade e a qualificação registrária	124
3.3.2	Princípio da independência.....	126
3.3.3	Princípio da imparcialidade.....	127
3.3.4	Princípio da instância ou rogação.....	127
3.3.5	Princípio da territorialidade e a competência concorrente no RCPN.....	128
3.3.6	Princípio da conservação	129
3.3.7	Princípio da continuidade.....	130
4.	Atos do Registro Civil das Pessoas Naturais e respectivos Livros.....	131
4.1	Atos e fatos registráveis.....	131
4.2	Registros, inscrições e transcrições.....	132
4.3	Averbações e retificações	133
4.4	Anotações	133
4.5	Escrituração e forma dos livros.....	135
4.6	CRC-Nacional e o Registro Eletrônico	136
5.	Atendimento ao público e sistema de plantão	138
6.	Emolumentos e gratuidade.....	139
7.	Nascimento	141
7.1	Conceito de nascimento.....	141
7.2	Filiação e o direito de família: evolução histórica.....	142
7.3	O direito à filiação como conteúdo do princípio do melhor interesse da criança	145
7.4	Conceito, origem e classificação da filiação	147
7.5	Filiação e presunções.....	150
7.5.1	O sistema das presunções no Brasil	152
7.5.2	As presunções do art. 1.597 do Código Civil são absolutas ou relativas?	155

7.6	A competência territorial e o prazo para o registro	155
7.7	Características do registro de nascimento.....	158
7.7.1	O registro declarado	158
7.7.2	Elementos do registro.....	160
7.7.3	O registro tardio.....	164
7.7.4	Os registros de nascimentos ocorridos a bordo de navio, aeronave ou em campanha.....	165
7.7.5	O registro de indígena.....	166
7.7.6	A duplicidade de registro.....	168
7.7.7	O registro por mandado	168
7.7.7.1	Adoção do menor de idade e a adoção do maior	170
7.7.7.2	Adoção simples do Código Civil de 1916	171
7.8	Procedimento de registro.....	171
7.8.1	Declaração de registro.....	172
7.8.2	Prova do nascimento para o registro	173
7.8.3	Outros atos praticados no momento do registro.....	174
7.8.3.1	Nome.....	174
7.8.3.2	Estabelecimento da filiação no ato do regis- tro	175
7.8.3.3	Averiguação oficiosa de indicação de suposto pai	176
7.8.3.4	Reconhecimento de filho (biológico e socioa- fetivo) e a multiparentalidade.....	176
7.9	Averbações no registro de nascimento	179
7.9.1	Averbação de reconhecimento de filiação	180
7.9.2	Alteração de prenome e gênero.....	181
7.9.3	Suspensão e perda do poder familiar.....	184
7.9.4	Cancelamento do assento em decorrência de ordem ju- dicial.....	185
7.9.5	Perda e retomada da nacionalidade brasileira.....	185
7.9.6	Averbação de alteração de nome em caso de proteção à testemunhas	186
8.	Casamento	186
8.1	Histórico do tratamento legislativo do casamento	186
8.2	Conceito e natureza jurídica do casamento.....	189
8.3	O registro do casamento e a prova da situação conjugal	191
8.4	Emolumentos e gratuidade.....	192
8.5	Capacidade, impedimentos e causas suspensivas ao casamento..	192
8.6	A habilitação para o casamento	199
8.6.1	Competência para habilitação e para registro	203

8.6.2	Alteração do nome do cônjuge.....	204
8.6.3	Escolha do regime de bens.....	206
8.7	Celebração civil do casamento	210
8.8	Das espécies de casamentos válidos	213
8.8.1	Casamento por procuração.....	213
8.8.2	Casamento religioso para efeitos civis.....	215
8.8.3	Conversão da união estável	217
8.8.4	Casamento sob moléstia grave e casamento nuncupativo	218
8.8.5	Casamento putativo.....	220
8.8.6	Casamento consular	220
8.9	Elementos do registro de casamento.....	221
8.10	Averbações no registro de casamento	221
8.10.1	Nulidade, anulação e cancelamento	221
8.10.2	Separação, divórcio e restabelecimento da sociedade conjugal	222
8.10.3	Divórcio ocorrido no estrangeiro.....	226
8.10.4	Alteração do regime de bens	228
8.11	Anotação do casamento e de respectivas averbações.....	229
9.	Óbito.....	229
9.1	Tipos de morte, livros e competência.....	230
9.2	Declaração de óbito	231
9.2.1	Declaração de Óbito e Portaria MS 116.....	232
9.2.2	Atestado médico	233
9.2.3	Testemunhas	233
9.3	Prazo para o registro e registro tardio de óbito	234
9.4	Plantão e declaração de óbito perante o serviço funerário	235
9.5	Assentamento do óbito: elementos	236
9.6	Registro de pessoa desconhecida: CRC-Nacional e o sistema de localização.....	239
9.7	Destinação de cadáver para estudos e pesquisas	240
9.8	Cremação	241
9.9	Óbitos a bordo de navio, de aeronave e em campanha	241
9.10	Justificação de óbito.....	243
9.11	Morte presumida com ou sem ausência.....	244
9.12	Desaparecidos políticos.....	244
9.13	Registro de natimorto: direito ao nome e aplicação de presunção de paternidade	245
9.14	Efeitos do registro de óbito.....	246
9.15	Averbações no assento de óbito	247
10.	Livro E e os demais atos registráveis relativos ao estado civil.....	248

10.1	Publicidade e finalidades do registro no Livro E	249
10.2	Atos registráveis no Livro E: rol taxativo ou meramente exemplificativo?	249
10.2.1	Emancipações	250
10.2.2	Interdição	251
10.2.3	Tomada de decisão apoiada.....	253
10.2.4	Ausência	254
10.2.5	Morte presumida sem declaração de ausência	255
10.2.6	Tutela.....	256
10.2.7	União estável	256
10.2.8	Sentenças de separação e divórcio	257
10.2.9	Divórcio no Brasil de casamentos realizados no exterior.....	258
10.2.10	Opção de nacionalidade.....	258
10.3	Traslados de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiro em país estrangeiro.....	259
10.3.1	Traslado de assento de nascimento.....	260
10.3.2	Traslado de assento de casamento	260
10.3.3	Traslado de assento de óbito.....	261
11.	Retificação, restauração, suprimento e cancelamento.....	262
11.1	Conceitos	262
11.2	Retificações	264
11.2.1	Retificação judicial	264
11.2.2	Retificação extrajudicial.....	266
12.	Quadro esquematizado – Óbito	268
13.	Quadro esquematizado – Casamento.....	268
14.	Quadro esquematizado – Nascimento	269
CAPÍTULO 4 – REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS		271
BIANCA M. C. RIZATO		
1.	Princípios norteadores da especialidade	273
2.	Atribuições.....	277
2.1	Instrumentos particulares.....	278
2.2	Penhor comum sobre coisas móveis.....	279
2.3	Caução de títulos.....	280
2.4	Penhor de animais	282
2.5	Contrato de parceria agrícola ou pecuária.....	283
2.6	Contrato de arrendamento	283
2.7	Contratos de locação	283
2.8	Contratos de depósito e de caução.....	284
2.9	Cartas de fiança.....	284

2.10	Contratos de locação de serviços.....	284
2.11	Contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não.....	285
2.12	Alienação fiduciária de bens móveis.....	285
2.13	Documentos de procedência estrangeira.....	286
2.14	Compra e venda e penhor de automóveis.....	288
2.15	Atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior.....	288
2.16	Cessão de direitos e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento.....	288
2.17	Registro facultativo para conservação.....	289
2.18	Competência residual.....	290
2.19	Notificação extrajudicial.....	291
2.20	Autenticação de microfimes.....	294
3.	Escrituração.....	295
4.	Qualificação.....	296
5.	Cancelamento.....	299
6.	Quadro esquematizado – Registro de títulos e documentos.....	300
CAPÍTULO 5 – REGISTRO DE IMÓVEIS.....		303
ANA PAULA P. L. ALMADA		
1.	Princípios do registro de imóveis.....	303
1.1	Princípio da legalidade.....	303
1.2	Princípio da prioridade.....	304
1.2.1	Natureza jurídica.....	304
1.2.2	Efeitos da prioridade.....	304
1.2.3	Efeitos da prenotação.....	305
1.2.3.1	Efeitos retroativos.....	305
1.2.3.2	Marca o início do prazo para qualificação.....	305
1.2.3.3	Marca a data em que se deve efetivar o cálculo dos emolumentos devidos para o ato.....	305
1.2.3.4	Marca a data para aferição da lei aplicável ao título.....	306
1.2.3.5	Organização dos processos internos.....	306
1.2.4	Prazo da prenotação.....	306
1.2.5	Casos de prorrogação ou ampliação do prazo da prenotação.....	306
1.2.5.1	A instauração de procedimento de dúvida registrária.....	306

1.2.5.2	Registro de parcelamento do solo urbano	306
1.2.5.3	Bem de família	307
1.2.5.4	Regularização fundiária	307
1.2.5.5	Retificação administrativa	307
1.2.5.6	Das indisponibilidades que tenham por objeto título determinado	307
1.2.5.7	Tramitação do processo de execução da alienação fiduciária	307
1.2.5.8	Reentrada de títulos após cumprimento de exigências.....	308
1.2.5.9	Usucapião extrajudicial	308
1.2.6	Exceções ao princípio da prioridade	308
1.2.6.1	Escrituras públicas lavradas na mesma data e com hora	308
1.2.6.2	Hipoteca com grau menor	309
1.2.7	Prioridade registral x prioridade das pessoas portadoras de necessidades especiais	310
1.3	Princípio da especialidade objetiva.....	310
1.3.1	Natureza jurídica	310
1.3.2	O imóvel com especialidade objetiva	311
1.3.3	A precariedade da descrição e acesso de títulos a registro	313
1.3.4	Da disponibilidade quantitativa e qualitativa.....	315
1.4	Princípio da especialidade subjetiva.....	316
1.4.1	Natureza jurídica	316
1.4.2	Os riscos da qualificação precária e a homonímia	317
1.4.3	O estado civil e sua influência no direito real.....	319
1.4.4	Da retificação do estado civil.....	321
1.4.5	Casados em outro país e aplicação do regime de bens estrangeiro.....	324
1.4.6	União estável – da informalidade a sua informação no registro.....	327
1.5	Princípio da continuidade	328
1.5.1	Natureza jurídica	328
1.5.1.1	Continuidade e prioridade	329
1.5.1.2	Continuidade e especialidade subjetiva	329
1.5.1.3	Continuidade e disponibilidade	330
1.5.1.4	Continuidade e territorialidade.....	330
1.5.2	A continuidade e sua menção nos títulos	330
1.5.3	Exceções ao princípio da continuidade.....	331
1.6	Princípio da unitariedade da matrícula	332

1.6.1	Natureza jurídica	332
1.6.1.1	Matrícula que contenha mais de um imóvel...	333
1.6.1.2	Matrícula que contenha apenas parte ideal de um imóvel	334
1.7	Princípio da publicidade registral.....	335
1.7.1	Diferença entre publicidade direta e indireta	335
1.7.2	Das formas de publicidade.....	337
1.7.2.1	Informação	337
1.7.2.2	Certidão de inteiro teor.....	340
1.7.2.3	Certidão em relatório, conforme quesitos.....	340
1.7.2.4	Certidão em resumo	340
1.7.2.5	Certidão vintenária.....	341
1.7.2.6	Certidões de todos os bens de certa pessoa...	341
1.7.2.7	Certidão de um determinado imóvel	341
1.7.2.8	Certidão de documentos arquivados em cartório	342
1.7.3	Cuidados na elaboração	342
1.7.4	Prazo	342
1.8	Quadro esquematizado.....	343
2.	Dos livros obrigatórios.....	345
2.1	Sistema registário anterior – Decreto 4.857/1939	346
2.1.1	Fólio pessoal x fólio real.....	347
2.1.2	Correlação entre os livros antigos e os atuais.....	348
2.1.3	Correlação entre os atos antigos e atuais.....	349
2.1.4	Diferença dos livros antigos e atuais quanto à forma.....	349
2.1.5	Os impasses do sistema antigo	351
2.2	Livro de recepção de títulos – Exame e cálculo.....	351
2.2.1	Função – Diferença com relação ao Livro 1.....	351
2.2.2	Requisitos	352
2.2.3	Cuidados na elaboração	353
2.3	Livro 1 – Protocolo Oficial	353
2.3.1	Função – Controle de títulos contraditórios.....	353
2.3.2	Requisitos do livro	353
2.3.3	Cuidados na escrituração.....	354
2.3.4	A eficácia do controle pelo meio digital.....	355
2.4	Livro 2 – Matrícula.....	356
2.4.1	Base jurídica para abertura de uma matrícula	357
2.4.2	Da transcrição para a matrícula.....	358
2.4.3	Requisitos da matrícula.....	359
2.4.4	Oportunidade de abertura	360

2.4.5	A origem dos imóveis em empreendimentos imobiliários.....	360
2.4.5.1	O que são: matrícula-mãe, ficha-auxiliar e ficha-complementar?.....	361
2.4.6	Cancelamento x encerramento de uma matrícula.....	362
2.4.7	Unificação – requisitos do art. 234 da Lei 6.015/1973	364
2.4.7.1	Requisito de ordem física.....	364
2.4.7.2	Requisito de ordem jurídica.....	364
2.4.7.3	Exceção à mesma titularidade.....	364
2.5	Livro 3 – Auxiliar.....	365
2.5.1	Atribuição.....	365
2.5.2	Requisitos.....	366
2.5.3	Cuidados na escrituração.....	366
2.6	Livro 4 – Indicador real.....	368
2.6.1	Natureza jurídica e função.....	368
2.6.2	Requisitos e cuidados na elaboração.....	368
2.7	Livro 5 – Indicador pessoal.....	368
2.7.1	Natureza jurídica e função.....	368
2.7.2	Requisitos.....	369
2.7.3	Cuidados na elaboração.....	369
2.8	Livro de registro de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros.....	369
2.8.1	Função.....	369
2.8.2	Requisitos da escrituração.....	370
2.9	As pesquisas aos índices no meio digital.....	371
2.10	Quadro esquematizado.....	371
3.	Da qualificação registral e os títulos.....	372
3.1	Da qualificação registral.....	373
3.1.1	Princípio da legalidade x princípio da razoabilidade.....	373
3.1.2	Das características da qualificação.....	375
3.1.3	Da qualificação positiva e os passos do título.....	376
3.1.4	Da qualificação negativa e os passos do título.....	378
3.1.4.1	Dúvida registrária.....	380
3.1.4.2	Situações especiais – Estado de São Paulo.....	382
3.1.5	Prazos para qualificação.....	385
3.2	Dos títulos registráveis – art. 221 da Lei 6.015/1973.....	385
3.2.1	Da necessidade do original x títulos digitais.....	386
3.2.2	Escrituras públicas.....	390
3.2.2.1	Escrituras públicas lavradas por Tabelião de Notas.....	390

3.2.2.2	Escrituras públicas lavradas em Consulado Brasileiro.....	391
3.2.2.3	A qualificação registral e a fé pública do Notário.....	392
3.2.3	Aplicação do art. 108 do Código Civil.....	393
3.2.3.1	Como calcular o valor de 30 salários mínimos, pelo valor total do imóvel ou somente da parte ideal a ser transmitida?.....	393
3.2.3.2	O valor de 30 salários mínimos é o atribuído pelas partes ou o valor venal do imóvel?.....	394
3.2.3.3	E se o ato se referir a direito real sobre o bem imóvel?.....	394
3.2.3.4	Leis que excepcionam o instrumento público	395
3.2.4	Dos instrumentos particulares.....	397
3.2.5	Dos atos provenientes de outros países.....	399
3.2.6	Dos títulos judiciais.....	402
3.2.7	Dos títulos administrativos.....	406
3.3	Quadro esquematizado.....	408
4.	Das atribuições do registro de imóveis.....	409
4.1	Atos de registro e atos de averbação.....	409
4.1.1	Do rol taxativo constante do art. 167 da Lei 6.015/1973	412
4.1.2	Do princípio da concentração.....	414
4.1.3	A Lei 13.097/2015.....	417
4.2	Breves comentários aos atos previstos no art. 167, I.....	420
4.3	Breves comentários aos atos previstos no art. 167, II.....	426
4.4	Quadro esquematizado.....	431
5.	Da transmissão da propriedade.....	432
5.1	Da propriedade e sua transmissão no direito brasileiro.....	432
5.1.1	Aquisição originária da propriedade.....	433
5.1.2	Aquisição derivada da propriedade.....	435
5.1.3	Da competência do registro.....	437
5.2	Das limitações à disponibilidade.....	441
5.2.1	Das situações que limitam a livre disposição dos bens...	444
5.2.1.1	Indisponibilidade.....	444
5.2.1.2	Imóvel com hipoteca cedular.....	449
5.2.1.3	Ônus do SFH.....	450
5.2.1.4	Imóvel alienado fiduciariamente.....	451
5.2.1.5	Cláusula resolutiva expressa.....	451
5.2.1.6	Imóvel de menores.....	451
5.2.1.7	Imóvel de fundação.....	452
5.2.2	Direitos ou ônus que não impedem a transmissão.....	453

5.3	Aquisição e disposição por entes despersonalizados.....	453
5.3.1	Espólio.....	454
5.3.2	Condomínio edilício.....	457
5.3.2.1	Possibilidade de aquisição prevista no art. 63, § 3º, da Lei 4.591/1964.....	457
5.3.2.2	Possibilidade da aquisição por meio de adjudicação em decorrência de processo de execução em razão de dívida de taxa condominial da unidade.....	460
5.3.2.3	Como o condomínio venderá a unidade de sua propriedade?.....	461
5.3.2.4	Problemas da falta de personalidade jurídica do condomínio.....	462
5.3.3	Firma individual e empresário individual.....	463
5.3.4	Fundo de Investimento Imobiliário.....	465
5.3.5	Fundo de Arrendamento Residencial.....	466
5.4	Quadro esquematizado.....	467
6.	O imóvel e suas peculiaridades.....	471
6.1	O imóvel rural.....	471
6.1.1	Conceito.....	471
6.1.2	Fração Mínima de Parcelamento (FMP).....	474
6.1.3	Limitações à aquisição por estrangeiros e o papel do Oficial Registrador no controle das aquisições e disposições.....	477
6.1.3.1	Controle.....	477
6.1.3.2	Fiscalização.....	478
6.1.4	Georreferenciamento.....	482
6.1.4.1	Casos exigidos e prazos.....	483
6.1.4.2	Procedimento.....	485
6.1.5	Reserva Legal e registro no CAR.....	486
6.1.5.1	Conceito.....	486
6.1.5.2	Órgão competente.....	488
6.1.5.3	Casos exigidos e prazo.....	490
6.2	Do imóvel urbano.....	492
6.2.1	Unidade autônoma de condomínio edilício.....	492
6.2.2	Vaga de garagem autônoma.....	494
6.2.3	Lote de Parcelamento do solo urbano da Lei 6.766/1979.....	495
6.2.4	Parte certa x parte ideal x burla à Lei 4.591/1964 ou 6.766/1979.....	496
6.3	Imóvel público.....	498

6.4	Quadro esquematizado – Principais diferenças quanto às exigências legais considerando o aspecto cadastral	499
7.	Negócios jurídicos translativos da propriedade – sob a visão registral.	500
7.1	Compra e venda	500
7.1.1	Natureza jurídica	500
7.1.2	Classificação.....	500
7.1.3	Requisitos do contrato.....	501
7.1.3.1	Consentimento	501
7.1.3.2	Preço.....	507
7.1.3.3	Objeto.....	509
7.1.4	Cláusulas especiais da venda e compra.....	509
7.1.4.1	Retrovenda	509
7.1.4.2	Preempção.....	510
7.1.5	Situações especiais relacionadas à compra e venda	511
7.1.5.1	Distrato da compra e venda	511
7.1.5.2	Alienação após consolidação da propriedade da Lei 9.514/1997.....	511
7.1.5.3	Venda e compra com imposição de cláusulas restritivas do domínio.....	513
7.1.5.4	Compra e venda bipartida	514
7.1.6	Requisitos fiscais.....	514
7.1.6.1	Da fiscalização do ITBI nas cessões historiadas no título de transmissão.....	516
7.2	Permuta	517
7.2.1	Natureza jurídica	517
7.2.2	Requisitos registrais.....	518
7.2.3	Requisitos fiscais.....	518
7.2.4	Cindibilidade do título	518
7.2.5	Promessa de permuta	519
7.3	Dação em pagamento.....	520
7.3.1	Natureza jurídica	520
7.3.2	Requisitos registrais.....	520
7.3.3	Requisitos fiscais.....	520
7.3.4	Casos específicos da dação em pagamento com relação ao Registro de Imóveis	520
7.3.4.1	Dação em pagamento no caso de retorno do bem ao sócio.....	521
7.3.4.2	Dação em pagamento no processo de execução da alienação fiduciária	521
7.3.4.3	Promessa de dação em pagamento.....	522
7.4	Mandato em causa própria.....	522

7.5	Doação	523
7.5.1	Natureza jurídica	523
7.5.2	Classificação.....	523
7.5.3	Requisitos registrais.....	524
7.5.4	Com relação à forma.....	524
7.5.5	Com relação à manifestação de vontade das partes.....	524
7.5.5.1	O doador	524
7.5.5.2	O donatário.....	527
7.5.6	Requisitos fiscais.....	529
7.5.7	Doação conjuntiva.....	531
7.5.7.1	Título a ser apresentado ao cartório para operar a cláusula	532
7.5.7.2	O dispositivo se aplica à união estável?	532
7.5.7.3	O fato de o regime do casamento ser o da universal de bens implica automaticamente doação com os efeitos de conjuntiva?.....	532
7.5.7.4	O dispositivo se aplica a donatários não casados entre si?.....	533
7.5.8	Cláusula de reversão	533
7.5.9	Doação com encargo	534
7.5.10	Revogação da doação x distrato	535
7.5.11	Das cláusulas restritivas do domínio.....	535
7.6	Quadro esquematizado.....	538
8.	Os principais direitos reais.....	541
8.1	Usufruto	541
8.1.1	Natureza jurídica	541
8.1.2	Características	541
8.1.2.1	Temporário.....	541
8.1.2.2	Personalíssimo	542
8.1.2.3	Inalienável.....	542
8.1.2.4	Não sucessivo.....	543
8.1.3	Requisitos da formalização do negócio e para o registro do título.....	544
8.1.3.1	Quanto à forma.....	545
8.1.3.2	Quanto à capacidade das partes	546
8.1.4	Quanto ao objeto.....	546
8.1.5	Cláusula de acrescer.....	546
8.1.6	O usufruto e a locação.....	547
8.1.7	Requisitos fiscais.....	549
8.1.8	Extinção.....	551
8.1.8.1	Falecimento do usufrutuário (inciso I)	551

8.1.8.2	Renúncia (inciso I).....	551
8.1.8.3	Advento do termo de duração (inciso II).....	552
8.1.8.4	Extinção da pessoa jurídica ou passados 30 anos do exercício (inciso III)	552
8.1.8.5	Consolidação (inciso VI).....	553
8.2	Servidão	553
8.2.1	Conceito	553
8.2.2	Características	553
8.2.2.1	Direito real sobre coisa alheia.....	553
8.2.2.2	Atributos destacados: uso e gozo.....	553
8.2.2.3	Favorece e onera a coisa.....	553
8.2.2.4	Pode ser constituída sobre mais de dois imó- veis.....	554
8.2.2.5	Proximidade dos imóveis envolvidos.....	554
8.2.2.6	Duradouro.....	554
8.2.2.7	Inalienável.....	554
8.2.2.8	Indivisível	554
8.2.3	Requisitos para a formalização do negócio e para o registro do título.....	555
8.2.3.1	Quanto à forma.....	555
8.2.4	Quanto às espécies.....	556
8.2.4.1	Servidão convencional	556
8.2.4.2	Servidão administrativa	556
8.2.4.3	Servidão ambiental	558
8.2.4.4	Servidão legal.....	560
8.2.5	Quanto ao objeto.....	560
8.2.6	Extinção.....	561
8.2.6.1	Com a anuência das partes.....	561
8.2.6.2	Por determinação judicial	562
8.2.6.3	Pela reunião dos imóveis em nome do mesmo proprietário	563
8.3	Compromisso de venda e compra	563
8.3.1	Natureza jurídica	563
8.3.2	Requisitos do contrato e para o registro.....	565
8.3.3	Requisitos fiscais.....	567
8.3.4	Da cessão ou trespasse	568
8.3.5	Extinção.....	571
8.4	Direito de superfície	571
8.4.1	Histórico.....	571
8.4.2	Natureza jurídica	572
8.4.3	Requisitos registrais.....	572

8.4.3.1	Quanto à forma.....	572
8.4.3.2	Quanto ao objeto.....	573
8.4.3.3	Quanto às cláusulas contratuais.....	573
8.4.4	Requisitos fiscais.....	574
8.4.5	Extinção.....	574
8.4.5.1	Advento do prazo contratado.....	574
8.4.5.2	Pelo distrato.....	574
8.4.5.3	Pela desapropriação.....	574
8.4.5.4	Por ser dada destinação diversa pelo superficiário (art. 1.374 do CC).....	574
8.5	Direito de laje.....	575
8.5.1	Histórico.....	575
8.5.2	Natureza jurídica.....	576
8.5.3	Requisitos do título e do registro.....	577
8.5.3.1	Forma.....	577
8.5.3.2	Quanto às partes.....	578
8.5.3.3	Objeto do direito real de laje.....	578
8.5.4	Cláusulas contratuais.....	579
8.5.5	Requisitos fiscais.....	579
8.5.6	Atos registrários.....	580
8.5.7	Extinção.....	581
8.6	Quadro esquematizado.....	581
9.	Das garantias.....	584
9.1	Hipoteca.....	584
9.1.1	Natureza jurídica.....	584
9.1.2	Requisitos da formalização do negócio e para o registro do título.....	586
9.1.2.1	Quanto à forma.....	586
9.1.2.2	Quanto à capacidade das partes.....	587
9.1.2.3	Quanto ao objeto.....	589
9.1.3	Dos requisitos do negócio jurídico.....	590
9.1.4	Cancelamento da hipoteca.....	591
9.1.4.1	Extinção da obrigação principal.....	592
9.1.4.2	Perecimento da coisa.....	592
9.1.4.3	Resolução da propriedade.....	592
9.1.4.4	Renúncia do direito pelo credor.....	592
9.1.4.5	Remição.....	593
9.1.4.6	Arrematação ou adjudicação.....	593
9.1.4.7	Conformidade da legislação referente às cédulas hipotecárias.....	593

9.1.4.8	O cancelamento com apresentação do título de crédito descrito no título.....	594
9.1.4.9	Perempção da hipoteca.....	595
9.2	Propriedade fiduciária.....	597
9.2.1	Breve histórico.....	597
9.2.2	Natureza jurídica.....	598
9.2.3	Requisitos da formalização do negócio e para o registro do título.....	599
9.2.3.1	Quanto à forma.....	599
9.2.3.2	Quanto ao objeto.....	599
9.2.3.3	Cláusulas essenciais.....	600
9.2.4	Procedimento de execução da garantia.....	601
9.2.5	Consolidação.....	604
9.2.5.1	Impossibilidade de cancelamento da consolidação.....	604
9.2.5.2	Dação em pagamento do direito do devedor em favor do credor.....	606
9.2.6	Procedimento para venda do imóvel pelo credor.....	607
9.3	Penhor.....	608
9.3.1	Natureza jurídica.....	608
9.3.2	Requisitos registrais.....	609
9.3.2.1	Quanto à forma.....	609
9.3.2.2	Quanto ao objeto.....	609
9.3.2.3	Quanto às partes.....	610
9.3.2.4	Cláusulas obrigatórias.....	610
9.3.2.5	Cláusulas obrigatórias para registro em Registro de Títulos e Documentos.....	611
9.3.3	Espécies.....	611
9.3.4	O prazo máximo do penhor rural.....	613
9.3.5	Da extinção do penhor.....	614
	Quadro comparativo.....	615
10.	Procedimentos especiais do registro de imóveis.....	616
10.1	Condomínio edilício.....	617
10.1.1	Histórico legislativo.....	617
10.1.2	Natureza jurídica.....	618
10.1.3	Incorporação imobiliária, função e efeitos do registro....	619
10.1.3.1	Incorporador promitente comprador.....	620
10.1.3.2	Incorporador construtor ou corretor de imóveis.....	621
10.1.3.3	Incorporador, o ente da Federação imitado na posse a partir de decisão proferida em proces-	

	so judicial de desapropriação em curso ou o cessionário deste.....	621
10.1.4	Análise dos documentos do art. 32 da Lei 4.591/1964....	621
	10.1.4.1 Documentos relativos ao incorporador	621
	10.1.4.2 Documentos relativos ao imóvel.....	625
10.1.5	Qualificação positiva e atos registrários.....	630
10.1.6	Cessão dos direitos e deveres do incorporador.....	630
10.1.7	Especificação ou instituição em condomínio.....	631
10.1.8	Especificação ou instituição em condomínio, sem prévia incorporação	632
10.1.9	Especificação ou instituição em condomínio, sem prévia incorporação e com atribuição de unidades autônomas .	633
10.1.10	Regras para alteração da convenção	635
10.1.11	Alterações no registro da incorporação ou da especifica- ção	637
10.2	Condomínio urbano simples	638
10.3	Parcelamento do solo urbano	640
	10.3.1 Natureza jurídica	640
	10.3.2 Da dispensa do registro especial da Lei 6.766/1979.....	643
	10.3.3 Análise dos documentos do art. 18 da Lei 6.766/1979....	646
	10.3.3.1 Documentos relacionados ao loteador e de proteção ao adquirente	647
	10.3.3.2 Documentos com relação ao imóvel loteando	651
	10.3.4 Procedimentos após a qualificação positiva (art. 19.... da Lei 6.766/1979).....	654
	10.3.5 Venda da gleba loteada e cessão dos direitos e deveres do loteador.....	656
	10.3.6 Da alteração do plano do loteamento	656
10.4	Condomínio de lotes.....	657
	10.4.1 Relato histórico	657
	10.4.2 Natureza jurídica	663
	10.4.3 Requisitos registrares.....	664
10.5	Loteamento de acesso controlado.....	666
10.6	Conjunto habitacional no Estado de São Paulo.....	668
	10.6.1 Relato histórico	668
	10.6.2 Procedimento	671
	10.6.3 Documentos para a averbação do conjunto habitacional	672
	10.6.3.1 Planta do conjunto	672
	10.6.3.2 ART/RRT.....	673
	10.6.3.3 Memorial descritivo.....	673
	10.6.3.4 Discriminação das frações ideais de terreno...	673

10.6.3.5	Quadro de Áreas.....	673
10.6.3.6	Aprovação pelos órgãos competentes.....	674
10.6.3.7	Prova de conclusão da obra.....	674
10.6.3.8	Convenção de condomínio e regimento interno	674
10.6.3.9	Ato constitutivo do agente empreendedor.....	674
10.6.3.10	Certidão INSS da obra	674
10.6.3.11	Contrato-padrão.....	676
10.6.3.12	Declaração com o custo global da construção...	676
10.6.4	Da impossibilidade de reparcelamento das unidades do conjunto habitacional.....	676
10.6.5	Da regularização fundiária dos conjuntos habitacionais..	677
10.7	Regularização fundiária.....	678
10.7.1	Breve histórico	679
10.7.2	Conceitos.....	682
10.7.3	Espécies de Reurb e suas diferenças.....	684
10.7.4	Procedimento da Reurb	686
10.7.4.1	Fase 1 – Requerimento dos legitimados	687
10.7.4.2	Fase 2 – Processamento administrativo – competência Prefeitura Municipal.....	687
10.7.4.3	Fase 3 – Registro do Núcleo Informal	692
10.7.5	Demarcatória	697
10.7.6	Formas de titulação dos ocupantes.....	698
10.7.6.1	Legitimação de posse e sua conversão em propriedade	699
10.7.6.2	Legitimação fundiária	699
10.7.6.3	Registros dos contratos.....	700
10.8	Retificações no registro.....	701
10.8.1	Das espécies de retificação administrativa: unilateral e bilateral.....	702
10.8.1.1	Retificação unilateral (art. 213, I, da Lei 6.015/1973).....	702
10.8.1.2	Retificação bilateral (art. 213, II, da Lei 6.015/1973).....	708
10.8.2	Do erro com origem no título.....	711
10.8.3	Da aplicação dos arts. 214 e 216 da Lei 6.015/1973	713
10.9	Usucapião administrativo.....	717
10.9.1	Conceito e espécies	717
10.9.2	Formas de reconhecimento	719
10.9.3	Procedimento administrativo	721
10.9.4	Dos documentos e sua qualificação.....	721

10.9.5	Das notificações	725
10.9.5.1	Hipótese de dispensa de anuências	725
10.9.6	Atos de registro.....	726
10.9.7	Impugnações.....	727
10.9.8	Da rejeição do pedido – qualificação negativa.....	727
10.10	Quadro esquematizado – Registros de imóveis	730
CAPÍTULO 6 – TABELIÃO DE NOTAS.....		739
ANDREA GIGLIOTTI E JUSSARA MODANEZE		
1.	Tabelião de notas.....	739
1.1	Função e competência do tabelião de notas.....	739
1.1.1	Estrutura das serventias: tabelião, escreventes e auxiliares.....	740
1.2	Previsão normativa	740
1.2.1	Corregedoria-Geral da Justiça e Conselho Nacional de Justiça.....	741
2.	Princípios da atividade notarial.....	741
2.1	Introdução	741
2.2	Princípio da segurança jurídica.....	743
2.3	Princípio da conservação.....	744
2.4	Princípio da publicidade.....	746
2.5	Princípio da fé pública.....	747
2.6	Princípio da legalidade ou do controle de legalidade.....	748
2.7	Princípio da imparcialidade e da independência.....	749
2.8	Princípio da justiça preventiva	750
2.9	Princípio da formalidade.....	750
2.10	Princípio da rogação/instância	751
2.11	Princípio da unidade do ato notarial.....	751
2.12	Princípio da economia	752
2.13	Princípio da imediação	752
2.14	Princípio do consentimento.....	753
2.15	Princípio da autoria.....	753
2.16	Princípio do dever de ofício	753
3.	Material do tabelião.....	753
3.1	Livros de notas	753
3.2	Traslados	754
3.3	Certidão	755
3.4	Papel de segurança (traslados e certidões).....	757
3.5	Sinal público.....	758
4.	Escrituras – Parte Geral.....	758
4.1	Escrituras	758

4.1.1	Partes na escritura.....	758
4.1.1.1	Pessoa física.....	759
4.1.1.2	Pessoa jurídica.....	761
4.1.2	Objeto da escritura.....	762
4.1.3	Documentos que devem ser apresentados e arquivados..	762
4.2	Retificação das escrituras.....	772
4.2.1	Erro material.....	772
4.2.2	Cláusula “em tempo”.....	772
4.2.3	Aditivo retificador/ata retificativa.....	772
4.2.4	Declaração retificadora.....	773
4.2.5	Retificação, aditamento e ratificação.....	773
4.3	Escritura sem efeito.....	773
4.4	Ato incompleto.....	773
4.5	Ato não subscrito.....	774
4.6	Ato isento de emolumentos.....	774
5.	Espécies de escrituras.....	774
5.1	Procuração, substabelecimento e revogação.....	774
5.1.1	Procuração.....	774
5.1.1.1	Partes.....	775
5.1.1.2	Objeto.....	776
5.1.1.3	Poderes gerais e especiais.....	777
5.1.1.4	Recusa e renúncia.....	778
5.1.1.5	Procuração ad judícia.....	778
5.1.2	Substabelecimento.....	779
5.1.3	Revogação.....	780
5.1.4	Mandato em causa própria.....	781
5.2	Compra e venda.....	782
5.3	Doação.....	784
5.3.1	Cláusulas restritivas.....	790
5.4	Usufruto.....	791
5.5	União estável.....	793
5.5.1	Unões homoafetivas.....	794
5.5.2	Escrituras declaratórias de união estável – Contrato de convivência.....	795
5.6	Pacto antenupcial.....	796
5.6.1	Regime legal: comunhão parcial de bens.....	798
5.6.2	Regime da comunhão universal de bens.....	800
5.6.3	Regime da separação de bens (legal ou obrigatória).....	801
5.6.4	Regime da separação de bens convencional.....	803
5.6.5	Regime da participação final nos aquestos.....	804

5.6.6	A escritura de pacto antenupcial.....	806
5.7	Bem de família convencional.....	807
5.8	Ata notarial.....	809
5.9	Ata notarial para fins de usucapião administrativa.....	810
5.10	Testamento.....	815
5.10.1	Testamento público.....	818
5.10.2	Testamento cerrado.....	822
5.10.3	Testamento público e sua prática notarial.....	822
5.10.4	Revogação.....	826
5.11	Diretiva antecipada de vontade ou testamento vital.....	826
6.	Escrituras da Lei 11.441/2007.....	828
6.1	A ordem de vocação hereditária.....	830
6.1.1	O direito sucessório dos descendentes.....	830
6.1.2	O direito sucessório dos ascendentes.....	831
6.1.3	O direito sucessório do cônjuge e do companheiro.....	832
6.1.4	O direito sucessório dos colaterais.....	832
6.2	Inventário.....	833
6.2.1	Requisitos para a lavratura de inventário.....	833
6.2.2	Data do falecimento.....	834
6.2.3	Imposto de transmissão.....	834
6.2.4	Documentos apresentados e arquivados na escritura de arrolamento.....	835
6.2.5	Partilha.....	835
6.2.6	Inventariante.....	836
6.2.7	DOI e ressalva.....	836
6.3	Divórcio.....	836
6.3.1	Requisitos para a lavratura da escritura.....	837
6.3.2	Documentos apresentados e arquivados.....	837
6.3.3	Termos da escritura.....	837
6.4	Reconciliação.....	838
7.	Outros atos notariais e obrigações do tabelião.....	838
7.1	Carta de sentença.....	838
7.2	Declaração sobre operação imobiliária.....	839
7.3	Imposto de transmissão de bens.....	839
7.3.1	ITBI.....	840
7.3.2	ITCMD.....	840
7.4	Emolumentos.....	841
7.5	CENSEC.....	841
7.5.1	Central de Escrituras de Separação, Divórcio e Inventário - CESDI.....	841

7.5.2	Central de Escrituras e Procuраções – CEP.....	842
7.5.3	Registro Central de Testamentos – RCTO.....	842
7.5.4	Central Notarial de Sinal Público – CNSIP.....	842
7.5.5	Diretivas Antecipadas de Vontade – DAV.....	842
7.6	Arquivamento de documentos.....	843
7.7	Quadro esquematizado – Tabelaio de notas.....	844
CAPÍTULO 7 – TABELIAO DE PROTESTO.....		851
MARIO CAMARGO NETO		
1.	Introdução.....	851
2.	Conceito e função do protesto de títulos e outros documentos de dívida.....	852
2.1	Ato de protesto e procedimento de protesto.....	852
2.2	Protesto se realiza perante o tabelaio.....	853
2.3	Autoria do protesto.....	853
2.4	Função probatória do protesto – o que o protesto prova.....	854
2.5	Função do protesto – compelir o devedor a satisfazer a obrigação.....	854
2.5.1	Incidência dos emolumentos no ato elisivo do protesto...	857
2.6	Protesto como função notarial e de registro.....	859
3.	Classificação do protesto.....	861
3.1	Tipo de protesto.....	861
3.1.1	Protesto comum.....	862
3.1.2	Protesto especial.....	862
3.1.2.1	Protesto especial para fins de falimentares ou para fins de falência.....	862
3.2	Motivo do protesto.....	867
3.2.1	Falta de pagamento.....	867
3.2.2	Falta de aceite.....	869
3.2.3	Falta de devolução.....	871
3.2.4	Falta de data do aceite.....	871
3.3	Necessário ou facultativo.....	872
3.3.1	Necessário.....	872
3.3.2	Facultativo.....	874
4.	Efeitos do protesto.....	874
4.1	Interrupção da prescrição.....	876
5.	Princípios.....	879
5.1	Segurança jurídica, publicidade, autenticidade e eficácia.....	880
5.1.1	Princípio da segurança jurídica formal.....	880
5.1.2	Princípio da autenticidade.....	880
5.1.3	Princípio da publicidade.....	881

5.1.4	Princípio da eficácia.....	885
5.1.5	Princípios finalísticos e a fé pública	886
5.2	Princípios específicos aplicáveis ao ato e ao procedimento de protesto.....	887
5.2.1	Princípios aplicáveis ao protesto como ato	887
5.2.1.1	Princípio da oficialidade.....	887
5.2.1.2	Princípio de unitariedade.....	888
5.2.1.3	Princípio de insubstitutividade.....	894
5.2.2	Princípios aplicáveis ao protesto como procedimento	895
5.2.2.1	Princípio da rogação ou instância.....	895
5.2.2.2	Princípio da celeridade e princípio da formalidade simplificada	897
5.3	Princípios da função notarial.....	901
5.3.1	Princípio da legalidade.....	901
5.3.2	Princípio da independência.....	902
5.3.3	Princípio da imparcialidade.....	903
5.3.4	Princípio da territorialidade.....	903
5.4	Outros princípios aplicáveis	905
6.	Títulos e documentos de dívida que podem ser levados a protesto – objeto ou abrangência do protesto.....	906
6.1	Títulos.....	906
6.2	Documentos de dívida	907
7.	Procedimento de protesto.....	915
7.1	Apresentação	915
7.1.1	Apresentante	916
7.1.1.1	Identidade e capacidade da pessoa física	916
7.1.1.2	Pessoa falecida	917
7.1.1.3	Apresentante pessoa jurídica	917
7.1.1.4	Legitimação para a apresentação de título ou documento de dívida a protesto.....	919
7.1.1.5	Mandatário do apresentante	919
7.1.1.6	Endosso-mandato.....	921
7.1.1.7	Endosso-caução	924
7.1.1.8	Núncio ou mensageiro.....	924
7.1.2	Apresentação do título ou documento de dívida.....	926
7.1.3	Requerimento – formulário de apresentação.....	931
7.1.4	Meios de apresentação.....	934
7.1.4.1	Apresentação diretamente no tabelionato ou serviço distribuidor.....	934
7.1.4.2	Apresentação por via postal.....	935
7.1.4.3	Apresentação em meio eletrônico.....	936

7.1.5	Títulos ou documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil e em língua estrangeira.....	937
7.1.5.1	Títulos ou documentos de dívida emitidos em moeda estrangeira.....	938
7.1.5.2	Títulos ou documentos de dívida emitidos fora do Brasil.....	939
7.1.5.3	Língua estrangeira.....	941
7.1.6	Correção e atualização do valor	941
7.2	Lugar do protesto (lugar da apresentação).....	942
7.3	Distribuição	951
7.4	Protocolização.....	953
7.5	Prazo.....	955
7.6	Qualificação.....	958
7.6.1	Limites da qualificação – o que se qualifica	959
7.6.1.1	Prescrição	960
7.6.2	Qualificação negativa e devolução com anotação da irregularidade.....	962
7.6.3	Momento da qualificação.....	964
7.7	Intimação	965
7.7.1	Entrega da intimação no endereço fornecido pelo apresentante, comprovada por aviso de recepção (art. 14 da Lei 9.492/1997).....	968
7.7.1.1	Endereço a ser considerado para entrega da intimação.....	968
7.7.1.2	A entrega da intimação	973
7.7.1.3	Elementos da intimação	980
7.7.1.4	Intimação entregue fora da competência territorial do Tabelionato	982
7.7.2	Edital.....	983
7.7.2.1	Hipóteses de intimação por edital.....	983
7.7.2.2	Publicação dos editais.....	987
7.7.2.3	Elementos do edital.....	990
7.7.2.4	Outras questões relativas às intimações	991
7.8	Ocorrências.....	992
7.8.1	Desistência	992
7.8.2	Sustação judicial.....	994
7.8.3	Pagamento.....	997
7.8.3.1	Valor a ser pago.....	998
7.8.3.2	Meios de pagamento e quitação.....	999
7.8.3.3	Disponibilização do valor ao apresentante	1003
7.8.4	Respostas do devedor	1005

7.9	Protesto	1005
7.10	Quadro esquematizado – Procedimento (referências de artigo da Lei 9.492/1997)	1012
8.	Atos e procedimentos após o protesto.....	1013
8.1	Averbação de retificação de erros materiais.....	1013
8.2	Suspensão dos efeitos do protesto	1017
8.3	Cancelamento de protesto	1020
8.3.1	Cancelamento requerido diretamente perante o tabelião	1020
8.3.1.1	Apresentação do documento protestado	1021
8.3.1.2	Declaração de anuência	1022
8.3.1.3	Cancelamento fundado em outro motivo que não o pagamento	1025
8.3.1.4	Outras hipóteses.....	1027
8.3.1.5	Negativa do tabelião e inconformismo do interessado	1028
8.3.2	Cancelamento decorrente de decisão judicial.....	1029
8.3.2.1	Determinação de cancelamento de protesto....	1029
8.3.2.2	Extinção da obrigação decorrente de decisão judicial	1032
8.3.2.3	Cancelamento por decisão do Juízo Corregedor (função administrativa).....	1034
8.3.3	A realização do cancelamento e seus efeitos.....	1035
8.3.4	Outras questões relativas ao cancelamento	1037
8.4	Medidas de incentivo à quitação ou renegociação de dívidas protestadas – Provimento 72/2018 CN-CNJ.....	1038
9.	Publicidade	1040
9.1	Certidão individual.....	1040
9.2	Certidão diária em forma de relação	1044
9.3	Informações nas centrais de protesto.....	1046
10.	Microempresa e empresa de pequeno porte.....	1047
	REFERÊNCIAS	1051